



revista
CIDADES

volume 12 | número 21 | 2015

URBANIZAÇÃO DIFUSA

SUMÁRIO

PALAVRAS DO EDITOR.....	1
<i>Silvana Maria Pintaudi</i>	
DOSSIÊ: URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE DISPERSA	
APRESENTAÇÃO.....	2
<i>Maria Encarnação Beltrão Spósito</i>	
CONTRAURBANIZAÇÃO, PERIURBANIZAÇÃO, CIDADE DISPERSA E REDE DE CIDADES NA ITÁLIA	14
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i>	
CONTRO-URBANIZZAZIONE, PERIURBANIZZAZIONE, CITTA' DISPERSA E RETI DI CITTA' IN ITALIA.....	35
Counter-urbanization, peri-urbanization, disperse city and city networks in Italy <i>GIUSEPPE DEMATTEIS</i>	
MANIFESTACIONES DE LA DISPERSIÓN URBANA EN EL ENTORNO DE LAS CIUDADES MEDIAS: RESPUESTAS CONVERGENTES EN CONTEXTOS DIFERENTES.....	55
Manifestations of the urban dispersion in the environment of the medium sized cities. Con- vergent answers in different contexts <i>FRANCISCO CEBRIÁN ABELLÁN</i>	
DISPERSÃO URBANA E MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA.....	91
Urban dispersion and capitalist modernization <i>NESTOR GOULART REIS</i>	
FORMA E EXPANSÃO URBANAS NO BRASIL: FATOS E HIPÓTESES. PRIMEIROS RE- SULTADOS DO BANCO DE DADOS BRASIPOLIS.....	108
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i>	
FORME ET ETALEMENT URBAIN AU BRESIL: FAITS ET HYPOTHESES PREMIERS ENSEIGNEMENTS DE LA BASE DE DONNEES BRASIPOLIS.....	153
Shape of agglomeration and urban sprawl in brasil: facts and hypothesis first results from <i>brasipolis</i> database <i>CATHY CHATEL E MARIA ENCARNÇÃO BELTRÃO SPOSITO</i>	
A DISPERSÃO URBANA É MESMO “URBANA”? DINÂMICAS ESPACIAIS E VALORES ANTROPOLÓGICOS NA FRANÇA.....	197
L'étalement urbain est-il vraiment “urbain”? Dynamiques spatiales et valeurs anthropologiques en France <i>François Moriconi-Ebrard</i>	

L'ETALEMENT URBAIN EST-IL VRAIMENT « URBAIN » ? DYNAMIQUES SPATIALES ET VALEURS ANTHROPOLOGIQUES EN FRANCE.....	225
A dispersão urbana é mesmo “urbana”? Dinâmicas espaciais e valores antropológicos na França <i>François Moriconi-Ebrard</i>	
DISPERSÃO URBANA: APONTAMENTOS PARA UM DEBATE.....	250
Dispersion urbaine: notes pour un débat <i>IGOR CATALÃO</i>	
CIDADES EXCÊNTRICAS OU NOVAS PERIFERIAS?.....	278
Eccentric cities or new peripheries? <i>ESTER LIMONAD E HELOISA SOARES DE MOURA COSTA</i>	
CIDADES E CENTRALIDADES NA AMAZÔNIA: DOS DIFERENTES ORDENAMENTOS TERRITORIAIS AO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DIFUSA.....	305
Cities and urban centralities in the amazon region: from the diffent territorial arrangements to the diffuse urbanization process <i>SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR</i>	
NA BUSCA DE SIMILITUDES... A DIVERSIDADE NA URBANIZAÇÃO E NA DISPERSÃO URBANA SURGE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PÓS-1990.....	335
In seeking for similitudes... The diversity in urbanization and in urban dispersion arises in the state of Rio de Janeiro in post-1990 <i>MARIA DE LOURDES PINTO MACHADO COSTA E TATIANA DE SOUZA GASPAR</i>	
ORIGENS E EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE DISPERSÃO URBANA NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE.....	359
The origins and evolution of urban sprawl process in the vale do paraíba fluminense (Rio de Janeiro-Brazil) <i>JÚLIO BENTES</i>	
TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ÁREA METROPOLITANA DE FORTALEZA – A EXPANSÃO NO EIXO SUDESTE.....	400
Recent changes in metropolitan area of Fortaleza-Ce, Brasil – expansion in southeat axis <i>BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES</i>	
FORA DO DOSSIÊ	
O MUNDIAL E O PLANETÁRIO.....	441
<i>HENRI LEFEBVRE</i>	

CONTRAURBANIZAÇÃO, PERIURBANIZAÇÃO, CIDADE DISPERSA E REDE DE CIDADES NA ITÁLIA¹

GIUSEPPE DEMATTEIS²

Politecnico e Università di Torino
Turim, Itália
giuseppe.dematteis@polito.it

RESUMO

A partir de uma síntese do modo como a Geografia Urbana, conceitualmente, propôs a compreensão dos processos de alargamento e dispersão da cidade, as dinâmicas recentes que os caracterizam são analisadas, tomando-se como referência a Itália. As transformações observadas nos processos em tela são relacionadas às mudanças nas formas de produção capitalistas e à evolução demográfica, mostrando, ainda, as diferenças entre as regiões do país. Neste artigo, as cidades italianas de hoje são pensadas como sistemas territoriais mais ou menos estendidos, cujas relações de proximidade, pertencentes a um espaço contínuo local, interagem com relações multiescalares que pertencem a outro tipo de espaço: aquele descontínuo dos fluxos e das redes.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade dispersa. Cidade difusa. Rede de cidades. Metacidade. Itália.

¹ Este artigo é a redação adaptada e revista de uma conferência proferida pelo autor na Academia das Ciências de Turim em 14 de março de 2011. Traduzido do italiano por Igor Catalão. Revisão de Eliseu Savério Sposito.

² Professor emérito de Geografia Urbana e Regional, Politecnico di Torino.

COUNTER-URBANIZATION, PERI-URBANIZATION, DISPERSE CITY AND CITY NETWORKS IN ITALY

ABSTRACT

From a synthesis as to how Urban Geography conceptually proposed the understanding of widening and dispersion processes of cities, recent dynamics which characterize those are analyzed, using Italy as a reference. The observed transformations of the processes at hand are in fact related to the changes in the way of capitalist production as well as demographic evolution, further displaying the differences between diverse areas in the country. In this article, contemporary Italian cities are viewed as more or less extended territorial systems, whose relations of proximity, belonging to a continuous local space, interact with multi-scale relations pertaining to yet another type of space: that which is discontinuous from the flows and the networks.

KEYWORDS: Disperse city. Diffuse city. City networks. Meta-city. Italy.

INTRODUÇÃO

As cidades são bastante mutantes, mesmo se, no senso comum, a imagem delas permanece ainda, em grande parte, aquela do passado. Tentarei aqui delinear, com referência à Itália, as mudanças mais importantes dos últimos cinquenta anos, entrelaçando a história dos fatos com aquela do modo pelo qual a Geografia Urbana a descreveu e interpretou, e concluirei defendendo que somente com um novo modo de viver a cidade é possível enfrentar alguns problemas relevantes para a vida no lugar³.

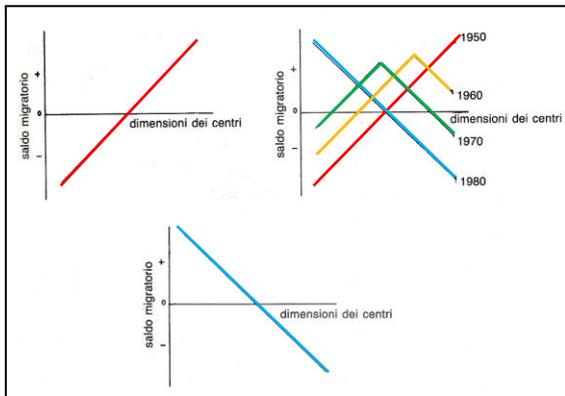
A transformação mais evidente diz respeito à forma física que, de nuclear e compacta, se torna cada vez mais alargada, ramificada, dispersa. Os cartógrafos,

³ Meu discurso enquadra-se numa temática mais vasta, amplamente tratada, mesmo que recente na nossa literatura geográfica. Além dos citados mais à frente, vejam-se: Bonora e Cervellati (2009), Dematteis (2008), Dematteis e Lanza (2011), De Spuches e Guarrasi (2002), Gaddoni (2010), Governa e Memoli (2011), Lanzani e Pasqui (2011), Rossi e Vanolo (2010), Sommella (2008).

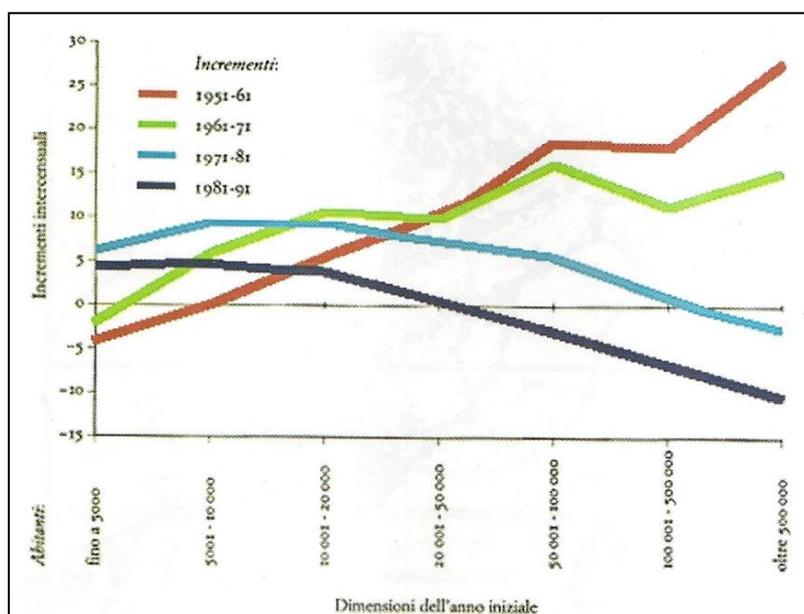
habituaados a simbolizar a cidade com círculos ou auréolas compactas, encontraram-se em dificuldade frente ao fato de que, no terreno, as velhas cidades distinguem-se cada vez menos devido aos tecidos difusos e reticulares que as circundam e tornam irreconhecíveis os antigos limites. Há algum tempo, as cartografias das cidades devem servir-se de simbologias diversas, recorrendo a figuras areais e reticulares (DEMATTEIS, 1992), capazes de representar a nova geografia urbana que foi superpondo e, em parte, substituindo aquela do passado. É a geografia que a seguir se buscará descrever e interpretar.

A CONTRAURBANIZAÇÃO

O primeiro a afirmar que a cidade estava às vésperas de uma mudança de época foi o geógrafo americano Brian Berry (1973) que, examinando as variações da população das cidades dos Estados Unidos nas décadas de 1960-1970, se deu conta de algo que, na história daquele país, nunca tinha ocorrido, isto é, que a população das menores cidades havia começado a crescer mais velozmente que aquela das maiores. Ele descreveu o fenômeno com o termo “contraurbanização” (*counterurbanization*), porque, naqueles anos, concebia-se a “urbanização” apenas como um processo de concentração populacional em grandes aglomerados urbanos. A contraurbanização assinalava a inversão dessa tendência. Isso pode ser visto na Figura 1, na qual as variações percentuais do saldo migratório (eixo vertical) são representadas em função das classes de dimensão do centro (eixo horizontal). O gráfico da direita esquematiza o processo no qual, de 1950 a 1980, passou-se de uma variação positiva diretamente proporcional à dimensão urbana – “urbanização”: gráfico no alto à esquerda – a um desenho contrário – “contraurbanização”: gráfico de baixo.

Figura 1: da urbanização à contraurbanização.

Brian Berry interpretou o fenômeno como resultado de uma recusa de parte dos habitantes da grande cidade que sofriam as desvantagens e deseconomias em termos de maiores custos, congestionamento do tráfego, poluição, menor segurança etc. Alguns criticaram sua explicação, defendendo que era ditada por um preconceito ideológico antiurbano e tentaram invalidá-la, aventando a hipótese de que as cidades menores em crescimento rápido eram, em realidade, sobretudo aquelas vizinhas às grandes aglomerações. Nesse caso, a suposta contraurbanização teria sido somente o crescimento das municipalidades suburbanas, portanto, definitivamente uma simples expansão da urbanização tradicional. Mas não foi assim. As revelações das duas décadas sucessivas, seja nos Estados Unidos, seja nos outros países industrializados, demonstraram que o maior crescimento demográfico não se referia apenas aos centros urbanos menores mais próximos das grandes cidades, mas também aos demais, independentemente de sua posição. A Figura 2, oriunda de um estudo de G. Martinotti (1993, p. 100), na qual, no eixo das ordenadas, estão indicadas as variações populacionais, mostra como se manifesta o fenômeno na Itália de 1951 a 1991.

Figura 2: contraurbanização na Itália. 1951-1991.

DO FORDISMO AO PÓS-FORDISMO: O CASO DE TURIM

O fato de que, na Itália, a contraurbanização tenha se manifestado com um atraso de cerca de uma década em relação aos Estados Unidos e aos países europeus de industrialização mais antiga indica que a recuperação dos centros menores estava correlacionada às transformações estruturais da economia e da sociedade, como o que ocorreu precisamente durante industrialização italiana relativamente tardia entre os anos 1950 e 1970. Partindo de uma hipótese análoga e verificando-a na análise dos fluxos migratórios inter-regionais, o geógrafo inglês Antony Fielding (1989) interpretou a contraurbanização como efeito de uma nova divisão territorial do trabalho. Essa expressão refere-se às mudanças que se manifestaram, a partir dos anos 1970 nos países industrializados, as quais posteriormente foram conceituadas como efeito da transição da economia fordista à pós-fordista. Muitos consideram essa passagem como a principal transformação do capitalismo manufatureiro depois da revolução industrial, o que é certo especialmente no que concerne à cidade. Assim, Brian Berry não estava equivocado quando considerou a contraurbanização como uma mudança de época.

De fato, nos anos 1970, havia uma menor tendência à concentração produtiva e demográfica que durara quase dois séculos. Como se sabe, nos longínquos tempos da Revolução Industrial, o capitalismo das manufaturas era imposto como produção em série, que requeria economias de escala e de aglomeração, isto é, grandes concentrações de instalações e pessoal. Isso havia favorecido, desde o começo, o crescimento das conurbações industriais em detrimento das vilas e cidades menores. A fábrica fordista da primeira metade dos anos 1900 reforçou essa tendência, acelerando posteriormente o crescimento das maiores aglomerações urbanas, o esvaziamento populacional dos campos e o declínio das cidades menores.

O caso de Turim oferece um bom exemplo desse gigantismo urbano-industrial. No final dos anos 1800, o aglomerado urbano estava ainda contido dentro dos limites da comuna e contava, em 1881, cerca de 250.000 habitantes. Em 1921, após a primeira fase de industrialização moderna alavancada pela indústria automobilística, a população duplicou. Passados outros quarenta anos, em 1961, duplicou novamente, superando levemente um milhão. Nesse ponto, porém, Turim, graças especialmente ao crescimento da Fiat, não se identificava mais somente com a comuna central mas, com o transbordamento da população e das atividades econômicas para as comunas limítrofes, tornou-se então uma área metropolitana com 1.380.000 habitantes, destinados a crescer ainda à cifra de 1,8 milhão entre os recenseamentos de 1971 e 1981. Tem flutuado em torno desse tamanho até hoje, embora a comuna central, entre os censos de 1971 e 2001, tenha perdido cerca de 200.000 habitantes para, após novo crescimento, atingir ligeiramente os cerca de 910.000 residentes atuais.

O motivo pelo qual a passagem do fordismo ao pós-fordismo favoreceu o renascimento dos centros menores foi objeto de muitas pesquisas naqueles anos. Como sempre, quando se fala de fenômenos complexos como a cidade, os fatores em questão são muitos. Nesse caso, contudo, uma certa simplificação seria realista, pois o sistema fordista havia operado, ele próprio, uma grande simplificação da complexidade urbana, transformando as cidades – e, em particular, as industrializadas –

em “máquinas” para reduzir os custos unitários de produção de bens e serviços, graças à concentração dos fatores produtivos e às economias de escalas que deles derivavam. Obviamente, um crescimento urbano desse tipo não poderia perdurar muito tempo, seja por causas endógenas, entre as quais o custo de vida crescente que repercutia na conflitualidade sindical e urbana em geral – com fases agudas como a do “outono quente” de 1969 –, seja por fatores exógenos, como a crise petrolífera dos primeiros anos de 1970 e a evolução dos gostos dos consumidores, que não se contentavam mais com os poucos modelos padronizados – de roupas, eletrodomésticos, automóveis e assim por diante, oferecidos pela produção em massa.

GEOGRAFIA DA DESCONCENTRAÇÃO URBANA

Foi mesmo nos anos 1970 que estes problemas, que punham em crise as grandes indústrias, encontraram suas soluções, ou seja, a possibilidade de realizar a nova divisão territorial do trabalho proposta por A. Fielding (1989). Tal possibilidade dependia de duas ordens de fatores.

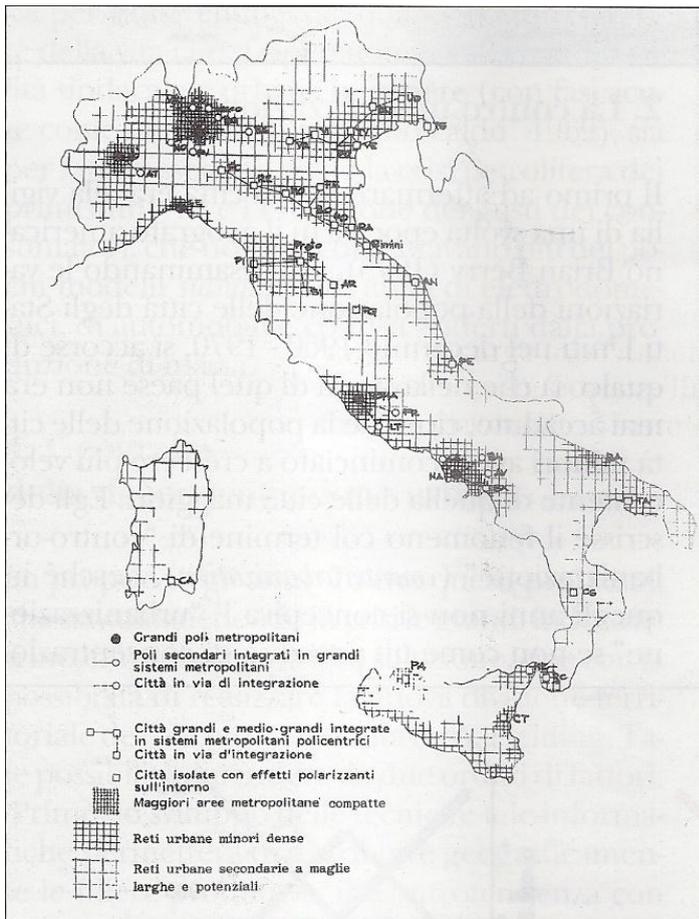
Primeiro: o desenvolvimento das técnicas teleinformáticas permitia distribuir geograficamente as cadeias produtivas, em contraste com as precedentes economias de escala e de aglomeração que as obrigavam a concentrar-se. Desse modo, os complexos como o de Turim, formados por uma grande empresa e seus fornecedores, dividiram-se em muitas partes correspondentes às várias fases de produção, que foram, em seguida, situar-se, com base nas características de cada uma delas, lá onde os custos eram menores e as vantagens, maiores. Ocorria desse modo, na escala regional ou mesmo nacional, aquilo que caracterizava a geografia industrial e que seria depois chamado de diversos modos: desconcentração produtiva, especialização flexível ou acumulação flexível (PIORE; SABEL, 1984; SCOTT, 1988).

Segundo: para fugir dos custos e do congestionamento das grandes aglomerações urbanas, costumava-se encontrar no resto do território localizações alternativas adequadas, isto é, as condições contextuais que permitissem às empresas funci-

onarem como na grande cidade. Para aumentar o alcance dessas possibilidades, propuseram-se políticas de tipo keynesiano que, na Itália, nos anos 1950 e 1960, haviam difundido amplamente infraestruturas físicas e sociais – estradas, aquedutos, eletricidade, telefone, correios, escolas, hospitais etc.. Tal difusão dotara as pequenas cidades e muitas áreas rurais das condições necessárias para o desenvolvimento da atividade moderna, inclusive a formação local de uma força de trabalho que poderia encontrar ocupação na indústria e no setor terciário.

Nos primeiros anos de 1980, o grupo de trabalho “Revalorização das Áreas Marginais” (GRAM) da Associação dos Geógrafos Italianos (AGEI) conduziu, com a colaboração de uma vintena de institutos de Geografia de diversas universidades italianas, uma pesquisa que mostrou as grandes dimensões da desconcentração urbana ocorrida na Itália nos anos 1970. A Figura 3, extraída do primeiro volume publicado pelo grupo (CENCINI; DEMATTEIS; MENEGATTI, 1983, p. 123), ilustra o fenômeno utilizando o indicador, um pouco simplificado, porém eficaz, de variação demográfica. As manchas escuras correspondem às comunas italianas em crescimento nos anos de máxima concentração populacional, aqueles do denominado *boom* econômico de 1958-1963. São apenas 23%, mas compreendem as maiores cidades e, portanto, agrupam 64% da população nacional. Em branco, estão 40% das comunas em declínio demográfico contínuo de 1958 a 1979. Em cinza claro, inversamente, estão 37% das comunas que, nos anos de *boom* econômico, se despovoavam e, em seguida, invertiram esta tendência entre 1968 e 1979.

Figura 3: desconcentração urbana na Itália. 1958-1979.



Estas últimas são as comunas da contraurbanização e, mesmo que muito distantes das maiores aglomerações urbanas, sua distribuição em grandes manchas demonstra como, na Itália, o fenômeno teve, naqueles anos, dimensões espaciais bastante excepcionais, combinando-se e somando-se com outras duas, típicas do nosso país. No Nordeste e no Centro, coincidiu com a difusão dos sistemas locais de pequenas e médias empresas especializadas nos vários setores do *made in Italy* (BECATTINI, 1998). No Mezzogiorno, com a presença de um saldo demográfico que era, em quase toda parte, positivo, havia cessado a emigração para o Norte do país e da Europa e começava também o retorno. As condições de vida eram notavelmente melhores graças às políticas assistenciais, aos gastos em obras públicas e ao apoio ao desenvolvimento.

No todo, esse crescimento demográfico periférico – acompanhado primeiramente por uma desaceleração e posteriormente por um declínio demográfico das grandes aglomerações – foi benéfico para uma urbanização difusa, ou seja, o restabelecimento, nos campos e nas pequenas cidades, de uma população não agrícola que podia disseminar no território elementos tipicamente urbanos: casas de campo, galpões, centros comerciais ao longo das estradas e similares. Começava, assim, a manifestar-se uma dispersão urbana que transformaria radicalmente a forma física da cidade. No entanto, para entender melhor essa mudança decisiva, é preciso examinar o que se compreendia à escala dos sistemas urbanos individuais durante a fase de contraurbanização.

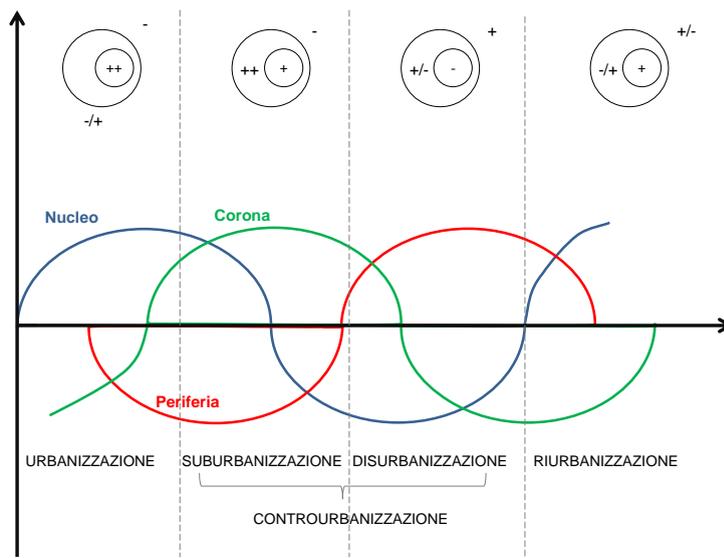
CICLO DE VIDA DAS CIDADES E PERIURBANIZAÇÃO

No início dos anos 1980, o grupo CURB (*Cost of Urban Growth*) de Viena (VAN DEN BERG *et al.*, 1982) propôs um modelo geral para descrever a dinâmica demográfica dos médios e grandes sistemas urbanos. O modelo, chamado ciclo de vida das cidades, considerava cada sistema urbano dividido em duas zonas concêntricas: um núcleo urbano central (*core*) e uma coroa suburbana (*ring*) nos quais se calcula separadamente a dinâmica demográfica junto àquela de uma área periférica correspondente ao resto da região considerada.

A análise dos dados relativos a diversas cidades europeias sugeriu a forma cíclica da Figura 4. Nota-se que, a despeito dessa tradução geográfica regular, o modelo não tem nenhum fundamento teórico. Ele permanece, então, puramente descritivo e, como veremos, não totalmente aderente aos fatos, especialmente no que se refere à fase final de reurbanização. Ele prevê que cada sistema urbano de médias ou grandes dimensões atravesse quatro fases chamadas pelos nomes informados abaixo da figura, enquanto acima estão esquematizadas com círculos concêntricos as dinâmicas demográficas presentes no núcleo, na coroa e na periferia regional em cada uma das quatro fases (os sinais + e – indicam, respectivamente, o crescimento

e o declínio). Segundo esse modelo, seriam as pulsações sincrônicas dos vários sistemas urbanos locais que gerariam a contraurbanização após a fase 2 e a fase 3, quando o sistema urbano, primeiro, desacelera seu crescimento e, em seguida, entra numa fase de declínio, ao mesmo tempo em que crescem, em lugar, os centros periféricos da região.

Figura 4: ciclo de vida da cidade.

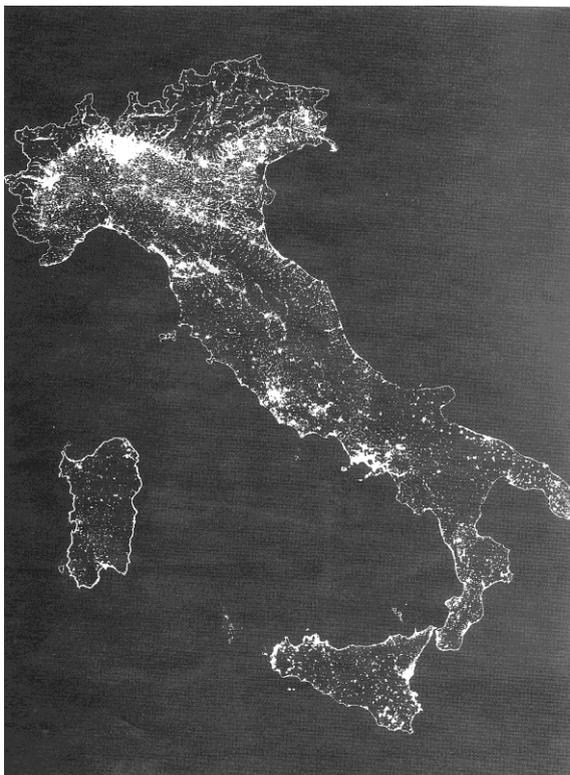


Quando o modelo do ciclo de vida das cidades foi proposto, as primeiras três fases eram verificáveis, enquanto não havia evidência empírica relativa à fase da reurbanização. Nas décadas seguintes, entretanto, esta hipótese foi, em parte, verificada ao passo que, a partir dos anos 1990, alguns núcleos centrais das grandes aglomerações urbanas retomaram efetivamente o crescimento, enquanto a zona de crescimento demográfico periférico sofreu uma sensível restrição. À escala regional, está ainda em curso um processo de concentração relativa – “adensamento concentrado” – que levou o nome de periurbanização. Esse processo deriva de um redimensionamento da contraurbanização pelo qual o crescimento demográfico se afasta da área mais periférica e se adensa em zonas intermediárias, entre elas, até a coroa suburbana das maiores cidades.

A CIDADE DIFUSA E A METACIDADE

Na passagem da fase da desconcentração difundida por contraurbanização à da periurbanização, toma forma aquilo que, na Itália, se denominou “cidade difusa”. No seu conjunto, esta já era bem evidente em 1990 na imagem de satélite da Figura 5.

Figura 5: a urbanização italiana em 1990. Sensoriamento remoto por satélite.



Deve-se notar que a cidade difusa não é um sistema urbano autônomo, separado do resto da urbanização. Juntamente com os núcleos históricos centrais e as coroas suburbanas que as englobam, trata-se de uma componente periférica – muito ampla e dispersa, bem diversa das periferias suburbanas compactas da época fordista – de um sistema urbano de tipo novo, que o sociólogo Guido Martinotti (2011) propôs chamar metacidade, isto é, uma cidade que se estende fisicamente além (*meta*) daquela que costumamos considerar cidade e que vai também além das possibilidades de um controle eficaz administrativo, a partir do momento em que seu território não corresponde mais àquele de um ente local que possa governá-lo.

Podemos já considerar como uma metacidade aquela descrita em 1961 pelo geógrafo Jean Gottmann no Nordeste dos Estados Unidos entre Boston e Washington, uma espécie de nebulosa urbana à qual ele, numa obra famosa, deu o nome de *megalópole* (GOTTMANN, 1970). O autor descreve-a como uma “metrópole explodida” que ocupa um fronte costeiro de 500 milhas e penetra mais 200 milhas internamente. Apresenta-a como uma metrópole cujas funções, em lugar de concentrar-se em uma única área urbana, acham-se distribuídas entre os numerosos centros de uma trama espacial dez vezes maior. Posteriormente, foram identificadas várias outras “megalópoles” na América do Norte, no Japão, na China e na Europa, entre as quais, na Itália setentrional, uma *megalópole padana*⁴ (TURRI, 2000), bem visível na Figura 5.

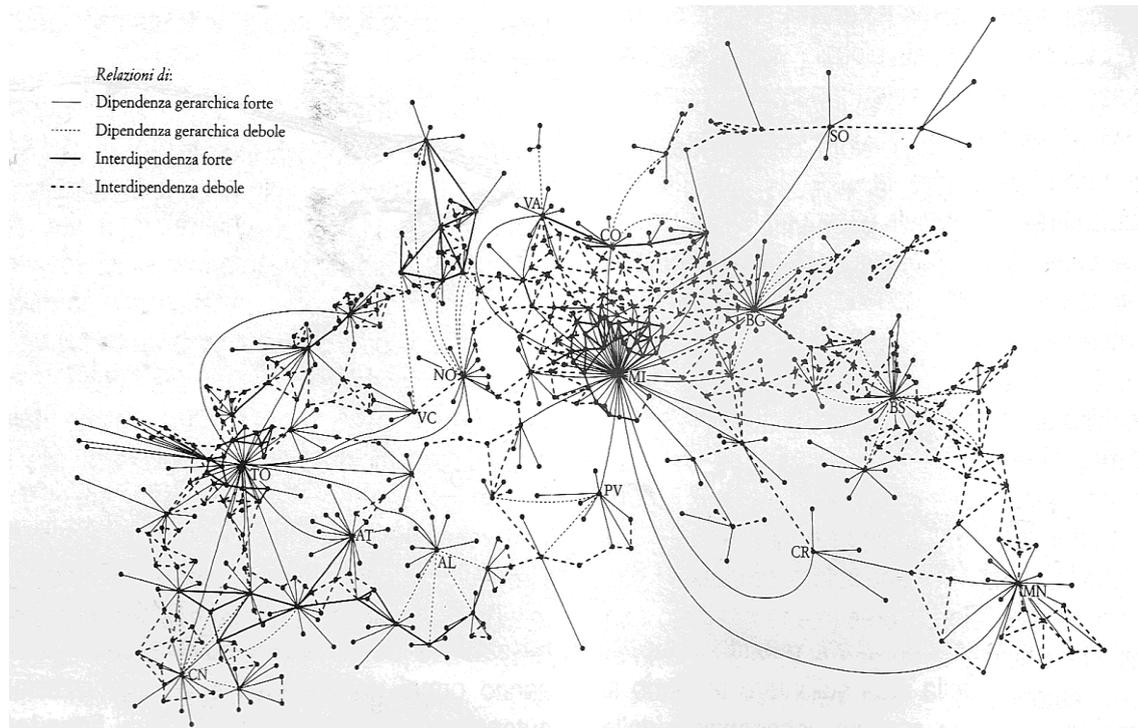
UMA “RADIOGRAFIA” DA CIDADE DIFUSA

Nos anos 1980, com Cesare Emanuel (DEMATTEIS; EMANUEL, 1992), analisei a estrutura das relações funcionais entre o centro da cidade difusa e, de modo mais geral, da metacidade como estrutura reticular da nova “metrópole explodida”. A Figura 6 fornece um tipo de radiografia dessa explosão de funções urbanas numa amostra de território referente às duas regiões mais desenvolvidas da Itália setentrional (Piemonte e Lombardia), onde o fenômeno apresenta características exemplares. Nessa região, as comunas que exercem funções urbanas estão unidas em linhas contínuas (relações fortes) ou tracejadas (relações frágeis) que representam a circulação dos habitantes em direção aos centros mais próximos para acessar os serviços ali existentes: comerciais, profissionais, educacionais, esportivos, sanitários, culturais etc.⁵

⁴ Megalópole que compreende as cidades de toda a planície da bacia do rio Pó. N. T.

⁵ Essas gravitações não foram diretamente relevantes, mas reconstituíram um bom grau de probabilidade com base na localização dos serviços atrativos.

Figura 6: interdependência e dependência hierárquica funcional dos principais centros do Piemonte e da Lombardia (Itália do noroeste).



Nas partes meridionais das duas regiões, que permanecem mais rurais, mantém-se a hierarquia urbana tradicional descrita pelo modelo dos lugares centrais de Walter Christaller. Aqui os movimentos vinculados aos serviços dão origem a configurações ramificadas em forma de árvores: os habitantes dos centros menores acessam os serviços de nível superior deslocando-se para as cidades intermediárias mais próximas e os habitantes destas movimentam-se do mesmo modo para as cidades maiores em busca de serviços ainda mais raros e especializados. Inversamente, em toda faixa piemontesa urbanizada de modo difuso – com um máximo ao norte de Milão –, os deslocamentos para serviços apresentam-se como redes de fluxos atravessados e interconectados, pois serviços de diversos tipos estão presentes em quase todos os lugares na cidade difusa, mesmo nos centros menores. Assim, quem habita um centro acessa os serviços presentes na maioria das cidades vizinhas, cada um especializado em qualquer função diversa.

Essa espécie de “radiografia” da cidade difusa coloca em evidência como a especialização de funções, que no passado era normal encontrar-se entre os bairros de uma cidade, ou seja, num espaço da ordem de uma centena de metros, agora encontra-se entre os centros de uma área grande como uma província ou ainda maior. Ademais, enquanto na Itália das “cidades cem” os deslocamentos de uma cidade terminavam onde começavam os da cidade vizinha, há agora um desenvolvimento reticular contínuo no qual, como no exemplo do norte de Milão, não se distingue mais um território exclusivo das cidades individuais (Milão, Varese, Como, Busto Arsizio etc.).

DA “RADIOGRAFIA” À “TOMOGRAFIA”

As análises sobre as diversas formas da metacidade que acabo de recordar evidenciam duas coisas. A primeira é que o fenômeno da cidade difusa italiana é a manifestação madura e clara de uma grande mutação urbano-territorial iniciada nos Estados Unidos em meados do século passado, que concerne agora a todos os países economicamente desenvolvidos e, em perspectiva, ao planeta inteiro, como já antecipara o visionário urbanista Konstantinos Doxiadis com sua imagem da Ecumenópolis: uma espécie de grande cidade-rede com ramificações em todos os continentes. A segunda coisa importante é que os nós da rede territorial que resulta da explosão metropolitana também passam, como a velha metrópole, a fazer parte de redes longas, supralocais, tendencialmente globais. Cada lugar da cidade difusa pode ligar-se, por meio das atividades que o caracteriza, a localidades muito distantes. Ao mesmo tempo, os laços de proximidade com as localidades vizinhas afetam cada vez menos seus percursos de desenvolvimento porque hoje, graças aos novos meios de transporte e comunicação, cada parte da metacidade pode seguir independentemente da outra.

Por esse motivo, o exame das relações horizontais que tínhamos visto nas figuras precedentes não é suficiente. Para entender como funcionam esses espaços

urbanos explodidos e dilatados, devemos introduzir uma terceira dimensão, por assim dizer, vertical. Ocorre que precisamos pensar os lugares individuais como espaços aos quais se superpõem nós de redes que operam em diversas escalas geográficas, da local dos serviços de proximidade e da pendularidade para o trabalho à global, passando pelas escalas intermediárias regionais, nacionais e europeia.

Esta é a nova fronteira da análise territorial, correspondente às mais recentes concepções da territorialidade (SAQUET, 2007, 2011). Da “radiografia” das relações horizontais pertencentes a uma única superfície bidimensional passa-se então a uma “tomografia”, isto é, um exame tridimensional que considera mais superfícies superpostas. Devemos imaginar mais estratos que interagem em cada cidade, correspondendo cada um a redes de relações pertencentes a uma escala geográfica diferente. Desse modo, podemos ver o exemplo de uma comuna da cidade difusa que, para além de qualquer ligação “horizontal” com as mais próximas com as quais têm complementaridade funcional, pode comportar “nós” pertencentes a redes que operam em escalas superiores. Redes de escala regional se, por exemplo, o “nó” comportado é um hospital; redes à escala nacional se se trata, por exemplo, da plataforma da rede logística nacional; ou ainda, se considerarmos escalas superiores, pode se tratar de um hipermercado pertencente a uma multinacional de grande distribuição, de um aeroporto internacional; e assim por diante.

Em conclusão, as cidades italianas hoje – como todas as cidades do mundo – são pensadas como sistemas territoriais mais ou menos estendidos, cujas relações de proximidade, pertencentes a um espaço contínuo local, interagem com relações multiescalares que pertencem a outro tipo de espaço: aquele descontínuo dos fluxos e das redes. Todavia, a nossa imagem conceitual de cidade continua a referir-se, apenas, ao primeiro tipo de espaço. Isso poderia bastar no passado, quando as relações de proximidade não apenas prevaleciam, mas as cidades eram capazes de exercer um controle sobre os fluxos e as redes das quais faziam parte. Hoje, ao contrário, esses fluxos e redes atravessam a cidade, estruturam-na, não raro decompõem-na.

Por isso, tornou-se difícil imaginar e conceituar o fenômeno urbano em sua realidade efetiva.

A DECOMPOSIÇÃO URBANA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tudo isso tem consequências importantes sobre as políticas públicas urbanas, um tema bastante vasto, que não poderei desenvolver, mas ao qual dedicarei apenas algumas palavras para mostrar como a geografia urbana que illustrei se vincula a problemas que afetam, de perto, a vida de todos os dias.

Hoje, na Itália, quem elege o prefeito de uma grande comuna não elege apenas – como ainda comumente se crê – o prefeito de uma cidade, porque a cidade verdadeira é aquela ampliada, que compreende algumas dezenas de comunas circundantes, as quais formam um sistema com a comuna central. Ademais, dentro de tal sistema, a cidade compreende um grande número de nós que pertencem a redes de escalas diversas, cujas lógicas e interesses individuais não correspondem àqueles da cidade e de seus habitantes. Noutras palavras, a decomposição “horizontal” e “vertical” da cidade significa que os representantes eleitos não estão em condições de governá-la como se deveria. Mas então quem a governa? No seu conjunto, hoje, na Itália, ninguém. Nos seus fragmentos, governa-a quem tem o poder institucional ou econômico de fazê-lo, perseguindo, porém, objetivos particularistas que vão dos localistas de muitos governos municipais aos especulativos dos grandes operadores imobiliários, passando por aqueles dos grandes gestores das redes de transporte, energia, grande distribuição etc. Isso ocorre não apenas porque a cidade se tornou um sistema complexo e difícil de governar, mas especialmente porque, no nosso país [Itália] – diferentemente de outros na Europa e no mundo –, não houve, de fato, uma adequação institucional e normativa à nova realidade que tentei aqui descrever. Não só isso, mas, salvo alguma tentativa esporádica, nunca houve uma política urbana nacional.

Na verdade, para remediar a decomposição horizontal da cidade nas últimas décadas, foram promulgadas diversas leis que previam a criação de um governo metropolitano para os grandes sistemas urbanos, mas elas nunca foram aplicadas. Em 1999, na reforma do título V da Constituição italiana, foi introduzida a figura da “cidade metropolitana” como ente autônomo territorial. Depois de muitos atrasos, parece que uma dúzia de cidades metropolitanas começaram a funcionar a partir do ano seguinte. Porém, não estão excluídos novos encaminhamentos devido à revisão em curso de toda a estrutura administrativa territorial formada pelas províncias e pelas comunas.

A ausência de instrumentos normativos e institucionais capazes de governar “horizontalmente” os grandes sistemas urbanos não somente impede de responder adequadamente às suas exigências urbanísticas, de transporte, ambientais e sociais, mas torna ainda particularmente difícil enfrentar a decomposição vertical da cidade. As lógicas setoriais que explicam a realidade urbana em seus componentes – o mercado imobiliário, a logística, a grande distribuição comercial, as redes de transporte e de outros serviços – contêm, cada uma, a possibilidade de aproveitar-se da fraqueza inerente das municipalidades individuais que formam os sistemas metropolitanos, mesmo colocando-os em competição um contra o outro, com o fim de impor suas próprias decisões. De tal modo, os detentores das lógicas setoriais atribuídas a grandes interesses particulares (privados ou não) que operam, sobretudo, em escala supralocal (nacional, transnacional) tendem a substituir o governo eleito democraticamente na realização das atividades instrumentais e de serviço de forma a configurar-se, nos fatos, um governo privado de funções próprias à administração pública, como a urbanística e a gestão dos serviços coletivos e dos bens comuns.

A gravidade dessa situação induziu o Conselho Italiano das Ciências Sociais a confiar o estudo a um grupo de trabalho que tive o prazer e a honra de coordenar. Desse grupo participaram juristas, economistas, sociólogos, urbanistas e geógrafos (Fabio Amato, Matteo Bolocan Goldstein, Francesca Governa e este que escreve). Os resultados dos trabalhos, desenvolvidos entre 2008 e 2011, foram publicados em um

volume (DEMATTEIS, 2011) cujo último capítulo contém uma síntese analítica e propositiva sob a forma de “relatório branco”⁶. Esse apelo foi acolhido por uns setenta senadores e deputados que, em 2012, formaram um intergrupo parlamentar para a agenda urbana. Graças à pressão desse grupo e à intervenção de alguns ministros, pôde-se instituir um Comitê Interministerial para Política Urbana (CIPU). Essa é a premissa pela qual, mesmo na Itália, haja uma política urbana capaz de adequar o país às transformações ilustradas neste artigo.

REFERÊNCIAS

- BECATTINI, Giacomo. *Distretti industriali e made in Italy*. Torino: Bollati Boringhieri, 1998.
- BERRY, Brian J. L. *Growth centers in the American urban system*. Cambridge: Ballinger, 1973.
- BONORA, Paola; CERVELLATI, Pier L. (Ed.). *Per una nuova urbanità. Dopo l'alluvione immobiliare*. Reggio Emilia: Diabasis, 2009.
- CENCINI, Carlo; DEMATTEIS, Giuseppe; MENEGATTI, Bruno (Ed.). *L'Italia emergente. Indagine geodemografica sullo sviluppo periferico*. Milano: F. Angeli, 1983.
- DEMATTEIS, Giuseppe. (Ed.). *Il fenomeno urbano in Italia: interpretazioni, prospettive, politiche*. Milano: F. Angeli, 1992.
- _____. *L'Italia delle città. Tra malessere e trasfigurazione*. Roma: Rapporto annuale, Società Geografica Italiana, 2008.
- _____. *Le grandi città italiane. Società e territori da ricomporre*. Padova: Marsilio e Consiglio Italiano per le Scienze Sociali, 2011.
- DEMATTEIS, Giuseppe; EMANUEL, Cesare. La diffusione urbana: interpretazioni e valutazioni. In: DEMATTEIS Giuseppe (Ed.). *Il fenomeno urbano in Italia: interpretazioni, prospettive, politiche*. Milano: F. Angeli, 1992, p. 91-103.

⁶ Documento oficial informativo sobre um problema e os modos de enfrentá-lo. N. T.

- DEMATTEIS, Giuseppe; LANZA, Carla. *Le città del mondo. Una geografia urbana*. Novara: Utet Libreria, De Agostini Scuola, 2011.
- DE SPUCHES, Giulia; GUARRASI, Vincenzo; PICONE, Marco. *La città incompleta*. Palermo: Palumbo, 2002.
- FIELDING, Antony. La contro-urbanizzazione nell'Europa occidentale. In: PETSIMERIS, Petros. *Le reti urbane tra decentramento e centralità*. Milano: F. Angeli, 1989, p. 83-100.
- GADDONI, Silvia (Ed.). *Spazi pubblici e parchi urbani nella città contemporanea*. Bologna: Patron, 2010.
- GOTTMANN, Jean. *Megalopoli, funzioni e relazioni di una pluricittà*. Torino: Einaudi, 1970.
- GOVERNA, Francesca; MEMOLI, Maurizio (Ed.). *Geografie dell'urbano. Spazi, politiche, pratiche della città*. Roma: Carocci, 2011.
- LANZANI, Arturo; PASQUI, Gabriele. *L'Italia al futuro. Città e paesaggi, economie e società*. Milano: F. Angeli, 2011.
- MARTINOTTI, Guido. *Metropoli. La nuova morfologia sociale della città*. Bologna: Il Mulino, 1993.
- _____. Dalla metropoli alla meta-città. Le trasformazioni urbane all'inizio del secolo XXI. In: DEMATTEIS, Giuseppe (Ed.). *Le grandi città italiane. Società e territori da ricomporre*. Padova: Marsilio, 2011, p. 25-76.
- PIORE, Michal; SABEL, Charles. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.
- ROSSI, Ugo; VANOLO, Alberto. *Geografia politica urbana. Una prospettiva critica*. Bari: Laterza, 2010.
- SAQUET, Marcos A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *Por uma Geografia das territorialidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCOTT, Allen J. *New Industrial Spaces*. London: Pion, 1988.

SOMMELLA, Rosario (Ed.). *Le città del Mezzogiorno*. Politiche, dinamiche, attori. Milano: F. Angeli, 2008.

TURRI, Eugenio. *Megalopoli padana*. Padova: Marsilio, 2000.

VAN DEN BERG, Leo et alii. *Urban Europe: a Study of Growth and Decline*. Oxford: Pergamon, 1982.